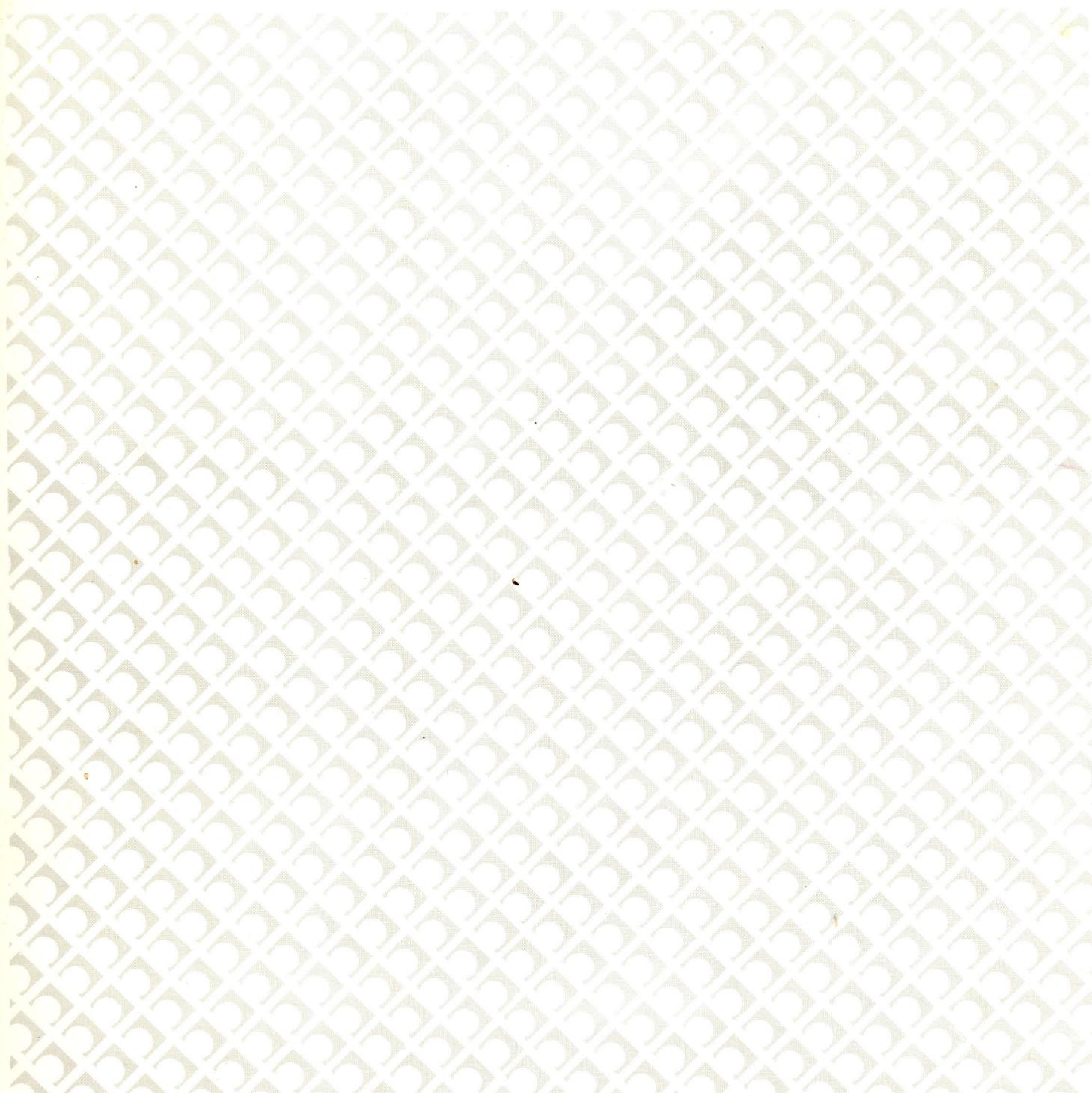


SÍNTESE DO PLANO DE AÇÃO



1987

SISTEMA BNDES 

4642401

Síntese do Plano de Ação
do Sistema BNDES

1987

(Anexo à Decisão nº Dir. 136/87 de 19.05.87)

INDICE

I)	APRESENTAÇÃO	05
II)	A ATUAÇÃO DO SISTEMA BNDES EM 1986	06
III)	PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA 1987	10
1 -	Setores Tecnológicos de Ponta	10
a)	Química Fina e Biotecnologia	10
b)	Complexo Eletrônico	11
2 -	Química e Petroquímica	12
a)	Propostas gerais	12
b)	Para o Pólo Cloroquímico de Alagoas	12
c)	Para o Pólo Petroquímico do Sul	12
d)	Para os projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia	12
e)	Projetos de expansão	12
3 -	Papel e Celulose	13
a)	Base florestal	13
b)	Abastecimento interno	13
c)	Exportações	14
d)	Pastas alternativas	14
e)	Desconcentração empresarial	14
f)	Tecnologia	14
g)	Abertura de capital das empresas	14
h)	Análise das solicitações de apoio	15
4 -	Cimento	15
5 -	Fertilizantes	15
6 -	Mineração e Metalurgia	17
7 -	Bens de Capital	19
a)	Bens de Capital sob encomenda	19
b)	Material de Transporte	20
c)	Máquinas e Implementos Agrícolas	20
d)	Máquinas Gráficas	20
e)	Máquinas Têxteis	21
f)	Refrigeração	21
g)	Máquinas - Ferramentas	22
h)	Equipamentos Elétricos	22
i)	Equipamentos Bélicos	22
j)	Autopeças	22
l)	Fundição e Forjaria	22

8 - Bens de Consumo	23
9 - Indústria Naval	23
10 - Transportes	24
11 - Energia	25
a) Questões Institucionais	25
b) Energia elétrica	25
c) Gás natural	26
d) Álcool	26
e) Biogás	26
f) Utilização de biomassa	26
g) Carvão mineral	26
h) Racionalização e conservação de energia	26
12 - Agricultura	27
13 - Operações Sociais	28
a) Apoio ao pequeno produtor	28
b) Abastecimento popular	29
c) Saneamento simplificado	29
d) Tratamento do lixo	29
e) Fábricas de argamassa armada	29
f) Questões de saúde	29
g) Atendimento ao menor proveniente de famílias de baixa renda	30
h) Projetos integrados de equipamentos sociais urbanos	30
i) Aplicação de informática na Área Social	30
14 - Operações com o Mercado de Capitais	31
15 - Operações de Participação Acionária	31
16 - Operações com Agentes	32
17 - Apoio à Comercialização de Máquinas e Equipamentos	33

IV)	Atividades de Planejamento, Administrativas e de Apoio	..35
1	- Administração Geral35
2	- Serviços Jurídicos36
3	- Relações Institucionais37
	a) Atuação Institucional37
	b) Acompanhamento e análise das relações ambientais externas37
	c) Apoio ao Fomento, comunicação e marketing37
	d) Ação Parlamentar do Sistema BNDES38
	e) Relacionamento com o ambiente interno38
4	- Plano de Sistemas38
	a) Integração de toda a Organização no Planejamento e Utilização da Informática38
	b) Implantação da Distribuição da Informática39
	c) Implantação de Bases de Dados e Desenvolvimentos de Sistemas Especiais39
	d) Implantação de novos Sistemas com características de Dados Administrados39
5	- Administração Financeira e Patrimonial39
6	- Sistema de Planejamento40
	a) Estudos Macroeconômicos Prospectivos41
	b) Plano Estratégico41
	c) Planos de Ação41
	d) Programação e Acompanhamento Orçamentário41
	e) Plano de Estudos42

I - APRESENTAÇÃO

Em conformidade com o planejamento estratégico do Sistema BNDES, foram elaborados os Planos de Ação das unidades do Banco e de suas subsidiárias BNDES Participações S.A (BNDESPAR) e Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) para 1987.

Este documento sintetiza as propostas de atuação do Sistema BNDES, contemplando as suas diversas atividades-fim e atividades-meio, bem como avalia o desempenho da instituição em 1986, balizado pelos Planos de Ação e pela execução orçamentária.

A consolidação das ações das unidades administrativas por áreas de atuação do Sistema (setores da economia e modalidades operacionais) e por atividades-meio visa antecipar as mudanças em curso no processo de planejamento, em busca da crescente integração do Sistema.

Isto é, a partir deste ano o enfoque setorial orientará a elaboração dos Planos de Ação das atividades-fim, definidos simultaneamente com o orçamento de investimentos.

II - ATUAÇÃO DO SISTEMA BNDES EM 1986

A atuação do Sistema BNDES em 1986 visou à sustentação de significativa taxa de crescimento da economia brasileira, através da expansão dos recursos destinados ao financiamento de investimentos, de acordo com as prioridades definidas pelo Plano de Ação e pelas Políticas Operacionais do Sistema BNDES - 1986.

A vigorosa expansão da economia brasileira veio confirmar as previsões do trabalho "Novos Cenários para a Economia Brasileira - 1985-1990", realizado no âmbito das atividades de planejamento do Sistema BNDES.

Importante indicador da retomada dos investimentos foi a significativa elevação da demanda por crédito do Sistema BNDES, materializada no incremento dos valores referentes a consultas recebidas, prioridades concedidas e aprovações. Apesar da intensidade variada, esse fenômeno ocorreu nos diversos setores apoiados, bem como em todas as regiões do País.

A análise da execução orçamentária do Sistema BNDES refletiu igualmente a recuperação dos investimentos. No ano de 1986, os desembolsos do Sistema BNDES com recursos ordinários e vinculados atingiram, respectivamente, Cz\$ 42,2 bilhões e Cz\$ 5,7 bilhões, correspondendo a uma variação real de 29% e -45% em relação a 1985. As aplicações totais somaram Cz\$ 47,9 bilhões, com crescimento real de 11,9% em relação ao ano anterior. Esses números excluem as operações escriturais da Caraíba Metais e da Usiminas Mecânica (Usimec) no valor de Cz\$ 13,2 bilhões.

.Recursos ordinários

A continuidade do processo de crescimento da economia, reforçada pelo Plano de Estabilização Econômica, e a elevação da taxa de investimento agregado de 17% para cerca de 19% explicam globalmente o significativo crescimento da demanda por crédito do Sistema BNDES. Esses créditos visaram sobretudo atender aos investimentos de ampliação e modernização da capacidade produtiva realizados pela necessidade de rápida expansão de oferta de bens e serviços.

Tais investimentos foram praticados preponderantemente pelo setor privado, que se responsabilizou por 56,4% dos desembolsos de 1986, e de modo especial pelo segmento das pequenas e médias empresas que, através dos Programas Longo Prazo, Pequena e Média Empresa da FINAME e POC (Programa de Operações Conjuntas), efetuou investimentos que corresponderam a 44,5%, aproximadamente, do total desembolsado pelo Sistema BNDES e 77% do total do setor privado.

A participação do setor privado seria ainda mais significativa caso todos os seus projetos de implantação e expansão de grande porte tivessem sido implementados conforme se esperava, especialmente os do setor de insumos básicos. Tais projetos foram postergados diante do quadro de incertezas quanto à evolução da conjuntura econômica interna e externa.

Por outro lado, parcela substancial dos investimentos públicos continuaram inibidos, tal como aconteceu em 1985, pela insuficiente capacidade de investir nos setores de siderurgia, energia elétrica e infra-estrutura. Em consequência disso, a participação do governo nos desembolsos do Sistema BNDES caiu de 54% em 1985 para 44% em 1986.

Não obstante, como reflexo da grande expansão da economia, houve pequeno volume de operações de saneamento financeiro, basicamente restrito às operações escriturais do Grupo Siderbrás e da Caraíba Metais. As constatações citadas traduziram-se em aumento generalizado dos desembolsos em todos os setores apoiados pelo Sistema BNDES.

Os desembolsos para o setor industrial cresceram 18% em termos reais, sendo observadas variações negativas somente nos segmentos Siderurgia, Metalurgia de Não Ferrosos e Cimento.

No caso do segmento siderúrgico, a queda é explicada pela grande presença do segmento estatal, que, como foi dito anteriormente, permanece com sua capacidade de investir restringida. Todavia, a conclusão do plano de saneamento financeiro do Grupo Siderbrás permitirá a reorganização do grupo, com grande melhoria em sua estrutura financeira e patrimonial, o que possibilitará a necessária recuperação dos investimentos do setor.

A queda dos desembolsos nos segmentos Metalurgia de Não Ferrosos e Cimento deve-se principalmente à maturação ou retardamento dos projetos iniciados em anos anteriores (Carajás e Alunorte, no subsetor Metalurgia), sem ter havido novas expansões. Especificamente no subsetor Cimento efetivaram-se diversos projetos visando à conservação de energia com elevados índices de substituição de derivados de petróleo, embora de pequeno valor unitário.

Nos demais subsetores industriais é importante destacar:

a) Crescimento do subsetor Papel e Celulose, com o fortalecimento do segmento de papel de imprensa pela expansão da PISA (Papel de Imprensa S.A.). Em que pese o trabalho de fomento feito pelo Sistema BNDES, os grandes projetos de expansão do setor não foram iniciados, especialmente no subsetor Celulose.

b) O crescimento do subsetor Química e Petroquímica, com desembolsos para as empresas do Pólo Cloroquímico de Alagoas e para o segmento química fina, como o projeto da Nitroclor. Ainda nesse subsetor destaca-se o segmento Biotecnologia, que tem recebido forte apoio do Sistema BNDES.

c) Os desembolsos para o subsetor Bens de Capital e Componentes cresceram sobretudo pela expansão do segmento Equipamentos Seriados de Transportes, Alimentos, Têxteis, Agrícola e Máquinas-Ferramenta de Controle Numérico.

d) O subsetor Bens de Consumo cresceu através da forte expansão dos investimentos nos segmentos de produtos alimentares e têxtil, que passaram por processo de reorganização industrial

e modernização tecnológica, em grande parte através de aquisição de equipamentos via FINAME.

Os desembolsos realizados para o setor agrícola foram também bastante elevados, crescendo 54% em relação ao ano anterior. Esse crescimento explica-se tanto pela expansão dos investimentos no setor, o que garantiu em 1987 a melhor safra a ser colhida nos anos recentes, como pelo início do apoio do Sistema BNDES em 1986, através da decisão do Conselho Monetário, que o autorizou a amparar, dentro das normas operacionais vigentes no Banco, linhas específicas de financiamento rural destinados ao tratamento de solo e demais obras de infra-estrutura, inclusive irrigação.

Os desembolsos para o setor Energia Elétrica decresceram 9%, mais uma vez explicado pela reduzida capacidade de investir do poder público, que responde pela quase totalidade do setor. Destacam-se os investimentos financiados pelo Sistema BNDES em geração e transmissão (Eletronorte, Chesf - Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Itaipu, CESP - Companhia Energética de São Paulo e Centrais Elétricas de Furnas) e aqueles destinados à melhoria da expansão dos sistemas de subtransmissão e distribuição de energia elétrica.

O setor Infra-estrutura manteve elevada participação nos desembolsos totais, através dos financiamentos dos segmentos de transporte urbano (metroviário e trole) e de carga (ferroviário e hidroviário).

Agregadamente, houve expansão dos financiamentos em todas as regiões do País, à exceção da região Norte, sendo essa queda explicada pela maturação do Projeto Carajás e retardamento da Alunorte.

As quedas dos desembolsos nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro devem-se, respectivamente, à finalização dos investimentos no Pólo Petroquímico de Camaçari e à lenta negociação das dívidas do Estado do Rio com o Sistema.

.Recursos vinculados

O decréscimo dos desembolsos com recursos vinculados decorre, basicamente, da queda do volume geral de recursos repassados, tal como aconteceu em 1985, com exceção das seguintes rubricas:

a) Capitalização da Companhia do Jari - cujos desembolsos, com crescimento de 180%, são função direta dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional ao BNDES para pagamento do serviço da dívida externa dessa empresa.

b) Eximbank do Japão - com crescimento de 154% pela plena implementação dos projetos iniciados em 1985.

c) Credit Lyonnais - com crescimento de 406%, referindo-se a linha de repasses da União a projetos da Fepasa - Ferrovia Paulista S.A.

Quanto aos desembolsos com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, houve queda de 58% em 1986. A redução dos investimentos ocorreu principalmente nos segmentos de navegação de interior e cabotagem, que, envolvidos em problemas de inadimplemento e moratória, não criaram reais condições financeiras e administrativas para realizarem seus investimentos.

III) PROPOSTA DE ATUAÇÃO PARA 1987

1 - Setores Tecnológicos de Ponta

A prioridade aos setores tecnológicos de ponta visa à continuidade do processo de industrialização pela geração e incorporação de progresso técnico ao parque industrial.

Esses setores se apresentaram dinâmicos em 1986, superando algumas metas então anunciadas e outras a partir do desempenho obtido. Nesse sentido, o Plano de Ação propõe:

a) Química Fina e Biotecnologia

- Desenvolver gestões para manter a posição de não reconhecimento das patentes internacionais para o setor farmacêutico, visando permitir às empresas nacionais o pleno direito de uso dessas tecnologias, caso venham a ter acesso a elas.

- Envidar esforços com outras entidades envolvidas, visando definir uma política para a produção, comercialização e aplicação de pesticidas de origem química, de acordo com as normas adotadas internacionalmente.

- Fortalecer os mecanismos que permitam alavancar potencialidades de investimento, objetivando reduzir o volume de importações e estabelecer base empresarial sólida sob controle nacional

- Estimular a iniciativa de produção de intermediários com integração a jusante (empresas químicas e petroquímicas de segunda geração) e/ou a montante (unidade de princípios ativos já existente), bem como com integração horizontal, através de instalações flexíveis e multiprodutoras.

- Apoiar empreendimentos nas áreas de corantes, pigmentos, aditivos químicos e catalisadores.

- Identificar outros grupos empresariais dispostos a investir no setor e que se comprometam com o seu desenvolvimento tecnológico.

- Apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico, através de participação acionária e/ou de empréstimo a investimentos fixos na fase industrial.

- Identificar produtos prioritários e estratégicos, através dos órgãos governamentais competentes e/ou dos consumidores finais, visando à sua produção interna, apoiando-a com taxas e prazos mais privilegiados.

- Apoiar projetos destinados à fabricação de insumos por empresas estatais, caso verificada a impossibilidade de preenchimento do espaço pelo capital privado.

- Buscar o estabelecimento de coordenação dos órgãos governamentais que atuam no setor.

- Promover esforços junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI no sentido de serem evitados contratos de tecnologia que contenham cláusulas inibitórias à efetiva absorção e transferência.

- Empenhar-se na integração entre empresas, universidades, centros de pesquisas e instituições governamentais.

- Incentivar a implementação de política de normalização e padronização industrial.

- Desenvolver gestões para maior controle de importações que vise garantir a importação somente de produtos de eficácia comprovada no país de origem.

- Enfatizar a necessidade de implementação das diretrizes propostas no documento elaborado pelo Grupo Interministerial da Indústria Farmacêutica - Gifar para o setor farmacêutico.

b) Complexo eletrônico

- Apoiar iniciativas de empresas de informática de efetivo controle nacional relativas a investimentos fixos, a capital de giro vinculado à elevação do nível de produção e a gastos em tecnologia necessários à expansão da produção, ao desenvolvimento de novos produtos, à absorção e ao desenvolvimento tecnológico, através de financiamento e/ou aporte de capital.

- Apoiar o desenvolvimento de soluções integradas ("hardware" e "software") adequadas aos diferentes segmentos da economia nacional, inclusive em setores prestadores de serviços, de forma a possibilitar os incrementos de produtividade e qualidade.

- Apoiar, através de financiamento e/ou aporte de capital, os empreendimentos de adequação e implantação de projetos ligados à microeletrônica, bem como à fabricação de componentes eletrônicos, que contemplem investimentos fixos, de giro e aqueles referentes à capacitação tecnológica de empresas de efetivo controle nacional.

- Apoiar empreendimentos ligados à telecomunicação que visem à expansão da estrutura industrial, à absorção de tecnologia e ao desenvolvimento de produtos adequados ao mercado brasileiro, através de financiamento e aporte de capital a empresas de efetivo controle nacional, contemplando investimentos fixos, acréscimos de giro e gastos com tecnologia.

- Fomentar ação institucional do Sistema BNDES em comissões, grupos de trabalho, colegiados e, em particular, junto a outros órgãos governamentais que lidam com o estabelecimento ou execução de políticas, com o objetivo de contribuir para a sua formulação e implementação.

2 - Química e Petroquímica

O setor apresentou bom desempenho operacional em 1986, operando a quase plena capacidade. Prevê-se que, em 1987, deverão começar os investimentos para superar os gargalos que têm reduzido suas potencialidades, estando o Plano de Ação do Sistema BNDES propondo as seguintes medidas.

a) Propostas gerais:

- Manter estreito relacionamento com os órgãos governamentais e empresariais envolvidos no planejamento do setor.

- Realizar trabalho de fomento, com participação em seminários, congressos e demais eventos do setor.

b) Para o Pólo Cloroquímico de Alagoas

- Manter o apoio à implantação dos projetos já em andamento, observadas as disposições dos órgãos de proteção ao meio ambiente.

- Apoiar o Estado na execução das obras de infra-estrutura demandadas pelo Pólo.

- Prosseguir no fomento às atividades do Pólo.

- Apoiar o equacionamento do suprimento de eteno às empresas do Pólo.

c) Projetos de consolidação e expansão:

- Acompanhar, fomentar e participar das atividades inerentes à concretização do Pólo Rio, junto com os demais órgãos do governo e da iniciativa privada.

- Apoiar a otimização e identificar as possibilidades de ampliação da gama de produtos fabricados no Pólo Petroquímico de Camaçari (Ba) e no Pólo Petroquímico de São Paulo.

- Apoiar a consolidação do Pólo Petroquímico do Sul.

d) Para a indústria de transformação petroquímica:

- Estimular e apoiar projetos voltados para a produção das resinas especiais e plásticos de engenharia.

e) Para os projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

- Incentivar, no âmbito da empresa e de seu relacionamento com universidades e centro de pesquisa, os trabalhos de P&D.

3 - Papel e Celulose

O ano de 1986 caracterizou-se por um incremento na demanda por todos os tipos de produtos abrangidos pelo setor Celulose e Papel, tendo apresentado um crescimento de 5,2% na produção de celulose e de 11,5% na produção de papel, totalizando 3.580 mil ton e 4485 mil ton, respectivamente.

Esses índices conduziram a uma situação crítica no suprimento de alguns dos principais produtos (celulose, papel de embalagem e papel de imprimir e escrever).

O ano de 1987 deve caracterizar-se pela retomada dos investimentos em grandes ampliações da capacidade de produção, pois, caso não ocorram, o País perderá posições duramente conquistadas no mercado externo.

Os objetivos do Plano de Ação de 1986 para o setor mantêm-se basicamente inalterados no Plano de Ação para 1987, que agrega ainda novas metas.

a) Base florestal

- Fomentar atividade de reflorestamento em distritos florestais.

- Financiar implantação ou reforma de florestas destinadas ao abastecimento próprio de fábricas já existentes ou de projetos perfeitamente identificados.

- Promover ação coordenada com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Banco do Brasil, visando à maximização dos resultados decorrentes dos financiamentos e/ou incentivos alocados no setor.

- Financiar pesquisa florestal, beneficiando empresas, institutos de pesquisa e, preferencialmente, convênios entre as duas partes, permitindo maior difusão dos resultados alcançados.

- Promover ação coordenada junto às empresas do setor, para a redução das distâncias de transporte de madeira, através de permuta de áreas florestais.

b) Abastecimento interno

- Financiar a produção de fibras, destacando-se pastas de alto rendimento.

- Promover ação de fomento visando à implantação de unidades multiclientes para a produção de fibras, a fim de abastecer as indústrias de papel não integradas.

- Apoiar projetos que objetivem reciclagem de material fibroso.

- Apoiar projetos destinados à redução do consumo de fibras na fabricação de papéis.

- Desenvolver ação institucional no sentido de estender proteção alfandegária adequada ao segmento de papel de imprensa.

c) Exportações

- Financiar a implantação de novos projetos que visem à fabricação de celulose, papel para imprimir e escrever ou papel para embalagem destinados principalmente à exportação.

- Promover ação de fomento tendo em vista a identificação de oportunidades de investimento, particularmente para fabricação de fibras, com utilização de maciços florestais, atualmente sem utilização econômica.

d) Pastas alternativas

- Financiar a implantação de unidades destinada à produção de pastas mecânicas, termomecânicas e químico-termomecânicas.

- Promover ação de fomento junto a empresas do setor, centro de pesquisas e associações para o incremento da produção e estudo referentes a pastas alternativas.

e) Desconcentração empresarial

- Identificar e apoiar diretamente grupos empresariais de médio porte que apresentem destacado potencial de investimento, com vistas à atuação no setor.

- Promover ação de fomento junto a grupos empresariais de porte compatível com o setor e atuantes em outros segmentos industriais, visando à sua participação no setor de celulose e papel.

f) Tecnologia

- Apoiar atividades de pesquisa tecnológica e científica, no âmbito de empresas ou, preferencialmente, centros de pesquisas.

- Buscar ação coordenada com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico), Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), Universidade de Viçosa e outras entidades envolvidas com o setor, visando à ordenação das pesquisas e maximização dos resultados.

g) Abertura de capital das empresas

- Promover estímulo à abertura de capital para as empresas do setor, incluindo a concessão, pelo Banco, de empréstimos de curto prazo que permitam a composição do esquema de fontes para o projeto até a efetiva concretização do lançamento de ações.

h) Análise das solicitações de apoio

- Promover a verticalização da produção de celulose branqueada, incluindo nos projetos unidades eletroquímicas próprias (cloro-soda), salvo quando demonstrada detalhadamente a inviabilidade dessa integração

- Incluir em todos os projetos estudos visando à minimização da dependência externa de insumos energéticos, particularmente energia elétrica e derivados de petróleo.

- Não apoiar projetos que incluam entre seus objetivos a exportação de madeira, ainda que sob a forma de cavacos.

4 - Cimento

O setor apresentou um crescimento estimado, em 1986, de 22,2% em sua produção, totalizando a fabricação de 25,2 milhões/ton. Este número ainda situa-se aquém do produzido em 1980, o melhor ano para o setor, e que correspondeu a 26,9 milhões/ton de cimento.

Calcula-se que a capacidade nominal instalada de produção (processo via seca) é de 35 milhões de ton, o que faz supor sua plena ocupação no período de três ou quatro anos, considerada a taxa média de crescimento de 7% a.a.

Mantêm-se os objetivos colocados no Plano de Ação anterior, adicionando-se novas metas em decorrência do crescimento da produção em 1986, conforme explicitadas a seguir:

a) Fomentar e apoiar projetos de racionalização de energia, incluindo-se aqueles que contemplem mudanças de processo, visando a ganhos de produtividade.

b) Manter contatos com as empresas nacionais do setor, com o objetivo de verificar a possibilidade de apoio do Banco aos projetos de racionalização de energia, implantação e realocação de fábricas em regiões carentes de oferta, incluindo os projetos já identificados.

5 - Fertilizantes

Em 1986, o consumo aparente de fertilizantes aumentou substancialmente, em decorrência do apoio do governo à ampliação da produção agrícola e da recomposição de estoques que estavam em nível baixo em 1985. A ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas) estima ter havido um crescimento de 13% em relação a 1985, chegando a um consumo de 3,5 milhões de ton de nutrientes, aproximadamente igual ao ano de 1979.

As importações do setor no ano passado corresponderam a cerca de US\$ 500 milhões.

Em seu Plano de Ação o Sistema BNDES propõe:

a) Regionalização da oferta:

- Acompanhar, na região Sul, os estudos visando ao desenvolvimento do projeto de usina de Anitápolis, que compreenderá a extração e o beneficiamento de rocha fosfática e a produção de ácido sulfúrico e fosfórico.

- Interiorizar o parque produtor de fertilizantes intermediários e mistura de NPK na região Centro-Sul.

- Equacionar a oferta de fertilizantes intermediários e de mistura de NPK na região Nordeste.

b) Integração da produção e utilização de matérias-primas nacionais:

- Conceder prioridade a projetos que venham a produzir ácido sulfúrico a partir de piritas ou outros minérios sulfetados.

- Incentivar a utilização de gás natural como matéria-prima para a produção de amônia.

c) Apoio a pesquisa para desenvolvimento de produtos voltados para as condições do clima, solo e cultura brasileiros.

- Manter a prioridade concedida ao desenvolvimento dos trabalhos em curso, através do convênio firmado entre o BNDES, BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e Petrofértil (Petrobrás Fertilizantes), objetivando estudar o desenvolvimento, no longo prazo, do setor de fertilizantes no Brasil.

d) Melhoria da eficiência das unidades produtoras de fertilizantes:

- Conceder prioridade a projetos que objetivem, com pequenos investimentos adicionais, reduzir os custos de produção.

- Apoiar, a nível institucional, a redução do número de formulações de NPK existentes no mercado.

e) Prospecção mineral para ampliação das reservas de fosfato, enxofre e cloreto de potássio:

- Ampliar as pesquisas nas reservas de fosfatos existentes e em novas áreas no Norte e Nordeste, especialmente em Irecê (BA).

- Verificar com a Petromisa (Petrobrás Mineração S.A.) a possibilidade de extração de enxofre em Castanhal (SE) e fomentar as atividades de prospecção em outras áreas.

- Incentivar as atividades da Petromisa em relação à prospecção do cloreto de potássio encontrado no Médio Amazonas.

- Realizar ação institucional apoiando a elaboração de um plano nacional de calcário agrícola.

f) Novas tecnologias de adubação

- Apoiar institucionalmente os programas de incentivo ao consumo de micronutrientes, de adubação foliar, de emprego do gesso e da fixação biológica do nitrogênio.

6 - Mineração e Metalurgia

O setor Siderurgia em 1986 produziu 21,4 milhões de toneladas de aço bruto, representando um crescimento de 3,9% em relação a 1985, que manteve o País na posição de sétimo produtor mundial, com exportações de 5,3 milhões de toneladas (US\$1,2 bilhão) e importações de 500 mil toneladas (US\$ 322 milhões).

No setor Não Ferrosos, o acréscimo de produção mais significativo ocorreu nos casos do alumínio (37,5%), chumbo (26,6%) e cobre (22,5%).

As exportações tradicionais de alumínio tiveram incremento de volume da ordem de 75% em relação a 1985. O saldo da balança comercial dos não ferrosos, em 1986, apresentou-se superavitário em cerca de US\$ 500 milhões.

A seguir apresentamos as propostas de ação para 1987:

- Contribuir no sentido da definição da nova base técnica do setor siderúrgico para o atendimento das metas de crescimento do País, a partir do parque de bens de capital nacional, no fornecimento de máquinas e equipamentos.

- Apoiar a conclusão do estágio III do Programa de Siderurgia de Produtos Planos, avaliando detalhadamente os investimentos necessários à expansão do setor como um todo, fomentando projetos de otimização e desengargalamento.

- Dar continuidade à implementação do plano de saneamento da Siderbrás e seu acompanhamento, em especial no que diz respeito à consecução das metas quantitativas de produção e eficiência.

- Atuar na definição da estratégia de ocupação da região de Carajás através de projetos siderúrgicos, com especial ênfase na questão do insumo redutor a ser utilizado (carvão vegetal ou mineral).

- Continuar as negociações de privatização de empresas siderúrgicas produtoras de aços não planos, evitando, entretanto, a interferência do processo no desempenho de suas atividades.

- Examinar as possibilidades de aproveitamento do carvão mineral nacional.

- Manter a política de fomento à pesquisa mineral.

- Apoiar a expansão da indústria metalúrgica estritamente a partir de projetos que tenham assegurada a auto-suficiência mineral no País.

- Contribuir para o estabelecimento de uma política de nacionalização no setor, principalmente no segmento dos minerais estratégicos, controlando a participação do capital estrangeiro.

- Apoiar os projetos de ferro-gusa à base de carvão vegetal ligados apenas a empreendimentos de reflorestamento, desde que estejam em consonância com a legislação vigente de proteção ambiental, buscando eliminar os desequilíbrios atuais da oferta de carvão vegetal.

- Apoiar projetos de ferro-liga à base de carvão vegetal, condicionando-o à implantação do plano de reflorestamento visando à auto-suficiência no abastecimento do insumo redutor.

- Implementar maior entrosamento do Banco com órgãos que atuam no setor mineiro-metalúrgico, tais como DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral), Geimi (Grupo Executivo da Indústria e da Mineração) e Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração).

- Definir com a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) o cronograma de implantação da Alunorte, compatibilizando-o com a entrada em operação da segunda fase da Albrás, bem como acompanhar as negociações de participação societária da empresa.

- Dar continuidade ao apoio à implantação dos módulos III e IV da Albrás.

- Acompanhar a implantação do projeto de chumbo.

- Avaliar a viabilidade de implantação de projetos para a produção de chumbo metálico a partir do minério nacional.

- Acompanhar a evolução das negociações dos produtores internacionais com vistas ao estabelecimento de novo patamar de preços de estanho e suas repercussões sobre o parque produtivo nacional.

- Acompanhar a implantação do projeto de zinco para a produção de minério sulfetado.

- Analisar a viabilidade de expansão da produção de zinco a partir de minério nacional, atentando para o equacionamento de problemas ambientais.

- Analisar a viabilidade de apoio ao projeto de lavra, beneficiamento e metalurgia do vanádio, para a produção de quatro mil toneladas de ferro-vanádio.

- Acompanhar, no âmbito do acordo CVRD-BNDES, os trabalhos de pesquisa geológica e tecnológica na região de Carajás, visando à definição de projeto de mineração para o abastecimento da Caraíba Metais.

- Dar continuidade ao apoio ao Projeto Ferro-Carajás.

- Avaliar projetos de produção de ferro-liga no País, em especial a implantação do pólo produtor de ferro-ligas da região de Carajás, atentando especialmente para os aspectos de

racionalização de energia, mercadológicos e de meio ambiente.

- Apoiar projetos visando ao aproveitamento do molibdênio associado a outros minerais.

- Apoiar projetos que visem à produção de nióbio e suas ligas.

- Analisar a viabilidade de implantação de projetos para a produção de níquel metálico e suas ligas.

- Analisar projetos visando à produção de ouro.

- Acompanhar a implantação da unidade de metais preciosos da Caraíba Metais para a obtenção de ouro e outros metais através do processamento da lama anódica.

- Apoiar projetos visando à produção de prata metálica.

- Apoiar os esforços da CVRD e do CTA (Centro Tecnológico da Aeronáutica) no desenvolvimento de tecnologia para a obtenção do titânio metálico a partir do anatásio, com a análise do projeto de concentração e, posteriormente, com o apoio à unidade metalúrgica.

- Acompanhar e fomentar o desenvolvimento de negociações empresariais visando à implantação de unidade de produção de pigmento de titânio no País.

- Apoiar projetos visando ao desenvolvimento tecnológico e à implantação de unidades para a obtenção do silício em suas formas de maior valor agregado, tais como silício grau eletrônico, quartzo cultivado, fibras óticas etc.

7 - Bens de Capital

A elevada ociosidade foi consideravelmente reduzida no setor Bens de Capital no ano de 1986, face à acentuada reativação da economia e os investimentos ocorridos. Existem indícios de que alguns segmentos de equipamentos seriados já estão operando a plena carga. O setor apresentou crescimento de 21,6% em 1986.

O segmento Bens de Capital sob Encomenda não vivenciou tal recuperação na medida em que suas perspectivas estão intensamente vinculadas aos mecanismos de financiamento de longo prazo e aos investimentos do setor público.

As importações de bens de capital em 1986 totalizaram US\$ 3,1 bilhões.

Para 1987 propõe-se:

a) Bens de capital sob encomenda:

- Discutir o modelo institucional mais apropriado para a obtenção da autonomia tecnológica das indústrias de processo, que estão entre os grandes demandantes de bens de capital sob encomenda, devendo possibilitar que esses dois segmentos se articulem adequadamente. Tais discussões deverão envolver a

participação dos fabricantes de equipamentos e das principais áreas da indústria de processo, com destaque para Siderurgia, Petroquímica e Papel e Celulose.

- Elaborar programa de apoio à indústria de bens de capital, visando a sua adequação financeira e tecnológica.

b) Material de transporte:

- Dar continuidade aos contatos entre o DEPIT (Departamento de Indústrias Tradicionais), DEINF (Departamento de Infra-estrutura), e DENAV (Departamento de Navegação), ofertantes e demandantes, no sentido de ser atingida a meta de padronização de peças, sistemas e veículos, visando à intercambialidade entre os diversos equipamentos de cada segmento, proporcionando, assim, redução de custos de produção e manutenção.

- Definir (DEPIT, FINAME e DEINF, conjuntamente) os segmentos nos quais não caibam cadastramentos de novos fabricantes.

- Apoiar grupo nacional com porte, capacidade de absorção e acesso à tecnologia internacionalmente reconhecida que se disponha a investir na expansão da oferta de caminhões, notadamente os pesados.

- Apoiar projetos de implementos rodoviários de carga.

- Estudar a necessidade de expansão de fabricantes de carroçaria de ônibus.

c) Máquinas e implementos agrícolas

- Apoiar projetos de modernização e aprimoramento de processos produtivos e de qualidade dos produtos.

- Verificar, nos segmentos de tratores e colheitadeiras, o estágio de atualização das empresas nacionais com relação às inovações tecnológicas a nível internacional.

- Sugerir, através da representação do BNDES no CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), a não concessão de incentivos a projetos de expansão de empresas estrangeiras enquanto houver capacidade ociosa nos setores de tratores e colheitadeiras.

- Acompanhar a evolução dos segmentos de armazenagem e irrigação com vistas a identificar projetos de expansão passíveis de apoio.

d) Máquinas gráficas

- Apoiar as empresas nacionais no desenvolvimento de novos produtos.

- Incluir, em eventuais operações de apoio, cláusulas que visem ao primoramento gerencial e organizacional das empresas do setor.

- Atuar junto ao CDI, CPA (Comissão de Política Aduaneira) e Cacex (Carteira do Comércio Exterior) no sentido de evitar importações de modelos de máquinas gráficas que tenham produção no Brasil.

e) Máquinas têxteis:

- Apoiar projetos de expansão e/ou implantação de empresas de efetivo controle e comando nacional.

- Financiar importações de equipamentos e partes considerados essenciais, sem similar nacional, através de linhas específicas do Eximbank e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

- Fomentar a fabricação de teares de tecnologia avançada - a pinça ou a jato de ar - com cerca de 500 batidas por minuto, inclusive com a participação da BNDESPAR.

- Cadastrar, através da FINAME, equipamentos cuja nacionalização esteja de acordo com plano de nacionalização a ser discutido e firmado com o CDI e a FINAME.

- Apoiar, através da participação acionária da BNDESPAR, empresas fabricantes de máquinas têxteis de efetivo controle nacional que estejam com projetos de expansão e/ou de desenvolvimento tecnológico.

- Atuar junto ao CDI no sentido de estabelecer planos de nacionalização de máquinas têxteis, estimuladores de adoção de padrões tecnológicos compatíveis com as necessidades do mercado.

- Atuar junto à Cacex no sentido de procurar estabelecer acordos de participação com a indústria nacional, quando das solicitações de importações, visando garantir demanda para o mercado interno de máquinas têxteis.

- Atuar junto à Cacex para que a concessão de guia de importação esteja sujeita à impossibilidade de atendimento e/ou entrega em prazos razoáveis por parte dos fabricantes nacionais.

- Atuar junto à CPA no sentido de conceder reduções de alíquotas de importação de partes e componentes essenciais a fabricação interna de equipamentos não produzidos no País.

- Atuar junto à SEI (Secretaria Especial de Informática) no sentido de que participe dos planos de nacionalização, de forma a viabilizar a importação e/ou fabricação dos controles eletrônicos.

f) Refrigeração

- Apoiar projetos que visem à expansão, modernização, melhoria de competitividade e desenvolvimento tecnológico das empresas nacionais do setor.

g) Máquinas - ferramentas

- Apoio a projetos que visem contínua capacitação tecnológica, expansão, modernização e/ou racionalização de fabricantes no segmento

- Contatar empresas relevantes do segmento de máquinas-ferramenta e automação de manufatura para melhor conhecimento de seus planos, fomentando aquelas com maiores potencialidades.

h) Equipamentos elétricos

- Fazer acompanhamento setorial visando ao maior conhecimento do potencial e das limitações das empresas instaladas no País.

i) Equipamentos Bélicos

- Condicionar o apoio aos produtores de equipamentos bélicos a um processo de análise e revisão que considere as mudanças de características (aumento de escala, sofisticação dos equipamentos etc.) previsíveis para a indústria nacional.

j) Autopeças

- Apoiar preferencialmente as empresas líderes e os projetos que venham a fortalecer a posição das empresas nacionais no mercado externo, dando prioridade às seguintes linhas:

. Projetos de expansão, modernização e que venham acarretar melhoria da qualidade dos produtos.

- Apoiar projetos, através do Proen (Programa de Racionalização de Energia), que visem à redução do consumo e conservação de fontes energéticas.

l) Fundição e forjaria

- Manter estreito contato com as empresas líderes dos diversos subsegmentos, para avaliar suas necessidades de apoio para atendimento do mercado interno e externo, no que toca a projetos de investimento fixo e a capacitação tecnológica.

- Apoiar projetos de modernização, racionalização e conservação de energia e controle de poluição.

- Manter o programa de atualização do acompanhamento do mercado de fundidos junto a ABIFA (Associação Brasileira da Indústria de Ferro e Fundidos de Aço).

8 - Bens de Consumo

Resultante do aumento da renda real ocorrido em 1986, o setor Bens de Consumo apresentou expressivo crescimento este ano, em especial o subsetor Bens de Consumo Duráveis, que cresceu 20,3%, enquanto o subsetor Bens de Consumo Não Duráveis se expandiu 8,9%.

Bens de Consumo é um setor consolidado, mas continua necessitando de apoio para ampliação de sua capacidade produtiva e para a diversificação de sua produção através da modernização e lançamento de novos produtos.

A proposta de ação do Sistema BNDES para esse setor é apresentada a seguir:

- Apoiar preferencialmente as empresas líderes e os projetos que venham a fortalecer a posição das empresas nacionais no mercado externo, considerando os projetos de expansão, modernização, melhoria da qualidade dos produtos, desenvolvimento tecnológico, redução do consumo e conservação de fontes energéticas.

9 - Indústria Naval

Ao assumir a gerência do Fundo da Marinha Mercante, o BNDES procurou estabelecer normas para proceder a financiamentos que correspondiam à experiência histórica do Banco, o que representou uma inovação no processo decisório do FMM.

Nesse período, além dos pedidos de novos financiamentos, o BNDES necessitou gerenciar os antigos, promovendo aditivos contratuais referentes à reprogramação de eventos da construção naval, refinanciamento da dívida dos armadores de longo curso etc.

Para 1987, são as seguintes as metas para o setor:

- Complementar os investimentos oriundos de contratos da Sunamam (Superintendência Nacional da Marinha Mercante), referentes ao I e II PCN - Plano de Construção Naval e ao PPCN - Programa Permanente de Construção Naval.

- Apoiar a elaboração de um plano hidroviário nacional que, ao final de 1987, poderá definir as principais ações e os projetos que deverão se desenvolver a partir daí, com vistas a um posicionamento mais concreto do setor no âmbito da distribuição modal da matriz de transporte do País, utilizando o FMM para financiamento desses projetos.

- Apoiar projetos e realizar fomento junto a armadores de pequeno e médio porte, com vistas à construção de "supply-boats", "ro-ro", rebocadores e embarcações para transporte de passageiro, cabendo aqui destacar, pela sua relevância social, a encomenda prevista de 12 embarcações no âmbito do Programa de Transporte Hidroviário de Passageiros da

Bacia Amazônica.

- Estudar a possibilidade de apoio ao segmento de construção de barcos de pesca.

10 - Transporte

O setor Transportes se constitui hoje num ponto de estrangulamento na economia brasileira. Pode-se afirmar, sem dúvida, que a retomada do desenvolvimento econômico à taxa prevista de 7% a.a. estará seriamente comprometida caso não se realizem urgentes investimentos no setor. Isto é válido tanto no caso do transportes de carga como no do transporte urbano, onde a questão social assume importância fundamental.

Nesse sentido, propõe-se:

a) Continuar a conceder, no setor de transporte urbano, prioridade absoluta ao transporte coletivo, além de priorizar os sistemas de alta densidade. A atuação do Banco tem procurado se concentrar nas grandes regiões metropolitanas, apoiando principalmente sistemas de trens de subúrbio, metrô e trólebus. Dessa forma, o apoio do Banco a projetos de trens, metrô e trólebus é fundamental em termos setoriais, contribuindo também para o fortalecimento da indústria de equipamentos de transporte nacional, além de ajudar na consolidação das políticas nacionais de informática e de energia.

- Estudar a possibilidade de apoio às usinas de asfalto municipais.

b) Apoiar o segmento de transportes de carga, no qual o BNDES tem participado através do apoio a projetos de ferrovias, hidrovias e portos.

- Apoiar os investimentos que visem recuperar e melhorar as vias e a operação no transporte de carga, de modo a atender a uma demanda, hoje já reprimida em grande parte, tipicamente ferroviária.

- Concentrar a atuação do BNDES nos principais portos, com ênfase na modernização e reequipamento portuário.

- Complementar o processo de adaptação dos atuais padrões de análise de projetos ao estabelecido na nova metodologia, inclusive a partir do emprego de critérios e parâmetros preestabelecidos como elementos da matriz de avaliação.

Será dada continuidade ao esforço para estabelecer programas junto às grandes empresas mutuárias, a exemplo do Programa da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. Nesse aspecto, caminhar-se-á para a "análise de programas" em contraposição à "análise de projetos".

Enfatizar, na ação futura do Banco, o enfoque intermodal e a preocupação permanente com a modernização dos sistemas existentes. Nesse sentido, caberá um programa de apoio a terminais intermodais, possivelmente através da iniciativa

privada.

11 - Energia

Durante o ano de 1986, as atividades do BNDES no setor de energia se orientaram com maior ênfase para o subsetor elétrico. Dessa forma, o Banco recebeu, a partir do final de 1985, consultas da quase totalidade das empresas concessionárias estaduais de serviços de energia elétrica, para obras de melhoria e expansão de sistemas de subtransmissão e distribuição. A atuação do BNDES também contemplou os segmentos de gás natural e melhoria de eficiência na indústria alcooleira. No segmento de gás, foram analisados pedidos de financiamento das duas únicas empresas distribuidoras do País (CEG - Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro e Comgás - Companhia de Gás de São Paulo). A proposta de Plano de Ação para 1987 traduz-se nos seguintes itens:

a) Questões institucionais:

- Acompanhar os trabalhos da Comissão Nacional de Energia;

- Divulgar o Plano de Ação e a atuação permanente do BNDES junto às secretarias estaduais de energia, às federações de indústrias, à Petrobrás, Eletrobrás, às companhias energéticas estaduais e demais órgãos e empresas diretamente ligadas ao setor energético.

- Acompanhar os trabalhos da Comissão Seplan do Meio Ambiente.

b) Energia elétrica:

- Continuar apoiando os investimentos em subtransmissão, distribuição, sistemas integrados de supervisão e controle, e pequena e média geração de até 100 W de potência. O apoio do Banco a projetos de geração com potência entre 10 W e 100 W estará restrito àqueles que apresentam baixo custo e estejam localizados próximos aos centros consumidores.

Dentro do contrato BNDES-FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento), o BNDES aplicará, sob a forma de empréstimo, recursos do Fundo no valor de Cz\$1,2 bilhão em investimentos para a geração e transporte de energia. O BNDES também poderá prestar assessoria ao FND na avaliação dos projetos de investimento de empresas controladas e coligadas da Eletrobrás que deverão absorver Cz\$ 30 bilhões no corrente ano.

c) Gás natural:

- Identificar, nos Estados onde haja possibilidade de suprimento de gás natural, o interesse dos respectivos governos ou companhias energéticas na implantação de sistemas de distribuição de gás canalizado.

- Divulgar, junto à Petrobrás, concessionárias, companhias energéticas e indústrias à disposição do BNDES em financiar modificações de instalações e equipamentos necessários à utilização de gás natural em substituição a derivados de petróleo.

- Participar das ações em curso para a elaboração da política nacional de utilização do gás natural.

- Identificar projetos de utilização de gás em ônibus urbanos passíveis de fomento e apoio.

d) Álcool:

- Apoiar apenas projetos de aumento de eficiência do parque alcooleiro em operação, mediante o balanceamento das unidades produtivas, buscando tanto a redução do custo do álcool em relação aos derivados de petróleo, como a maior produtividade das destilarias.

e) Biogás:

- Fomentar, diretamente ou através de agentes, a implantação de projetos de geração e utilização de biogás em agroindústrias, cooperativas agrícolas e, em especial, destilarias de álcool.

f) Utilização de biomassa:

- Estimular projetos visando à recuperação de alcatrão como forma de produção de energia e eliminação de elementos poluentes das empresas de carvoejamento.

- Aprofundar contatos com órgãos estaduais de preservação do meio ambiente.

- Promover, em conjunto com a FINAME, o cadastramento de empresas fornecedoras de equipamentos para a recuperação de alcatrão.

- Aprofundar conhecimentos quanto a reflorestamento e manejo florestal, à luz das especificidades regionais.

g) Carvão mineral:

- Colaborar, a médio prazo, com projetos de modernização tecnológica das minas e utilização desse insumo como energético. A localização das usinas junto às minas deve ser a alternativa preferencial, tendo em vista as dificuldades de transporte.

h) Racionalização e conservação de energia:

- Estimular projetos que visem à co-geração de energia, especialmente quando derivada do aproveitamento do bagaço excedente em destilarias autônomas.

- Fomentar, junto às concessionárias de energia elétrica, a elaboração de projetos de otimização das redes de distribuição, visando à redução do nível de perdas.

- Aprofundar conhecimentos sobre medidas de racionalização/conservação de energia para serem adotadas pelos projetos industriais apoiados pelo Banco.

12 - Agricultura

De modo geral, a ação realizada em 1986 revelou-se adequada aos interesses do investidor e coerente com os propósitos e limites da Instituição. Dessa forma, pretende-se mantê-la, incorporando alguns fatos que surgiram recentemente.

A intervenção do BNDES no setor pretende representar um instrumento adicional para viabilizar o aumento da produção e seu escoamento ou, pelo menos, preservar o nível da atividade em regiões já plenamente ocupadas.

A mobilização de recursos ordinários do BNDES para aplicação junto ao setor agrícola visa, em 1987:

- Manter o apoio às formas empresariais de produção, ressaltando-se que essa caracterização não se prende à dimensão da propriedade. A ênfase atribuída à empresa rural está relacionada à definição de um conjunto mais restrito de beneficiários virtuais, os quais, por uma série de fatores (tecnológicos, capital, canais de comercialização etc.), apresentam maior capacidade de resposta ao estímulo concedido, direta ou indiretamente, via crédito.

- Apoiar, prioritariamente, projetos que visem ao aumento da produção de grãos, leite e avícola, tanto no segmento rural quanto no industrial.

- Acionar os investimentos em infra-estrutura para melhoria da base física indispensável à fase de comercialização e abastecimento (interno e exportação), dando continuidade a programas de:

. Rodovias Vicinais - inseridos no convênio com o Banco Mundial.

. Eletrificação Rural - limitando-se a ação a projetos que visem apoiar perímetros de irrigação, assegurando-se economicidade para os projetos e contribuindo para a viabilidade técnica dos perímetros, pelo fornecimento adequado desse insumo energético.

. Armazenagem - limitando-se o apoio a armazéns coletores, uma vez que a armazenagem reguladora relaciona-se muito mais com as variáveis de transporte do que com a natureza

agrícola do bem estocado.

. Irrigação - limitando-se o apoio a projetos de natureza privada, desenvolvidos pelas empresas rurais, intenção acordada com o Ministério Extraordinário da Irrigação mediante Convênio.

Do esforço a ser empreendido, iniciado nas empresas rurais, excluem-se propriedades e/ou regiões que concentram suas atividades na exploração de determinados produtos como pecuária extensiva de corte, cana-de-açúcar, café, cacau, borracha, laranja, algodão - exceto em sistemas irrigados de cultivo, que não deverão merecer tratamento prioritário por parte do BNDES, seja pela existência de linhas de crédito específico, seja pela baixa densidade ou caráter cíclico da mão-de-obra empregada.

13 - Operações Sociais

Completou-se, ao longo do ano, o ciclo de negociações externas para a definição das condições operacionais do BNDES com recursos do Finsocial. A Exposição de Motivos da Presidência da República nº 112/86, de 14.5.86, formaliza a posição do BNDES, atendendo a todas as reivindicações encaminhadas à Seplan e que constavam do Plano de Ação de 1986.

São as seguintes as operações sociais a serem desenvolvidas em 1987.

a) Apoio ao pequeno produtor

Constitui objetivo básico dos trabalhos desenvolvidos nessa área o apoio à estruturação e consolidação da capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais, em especial através das diversas formas de organização e associação desses produtores, notadamente nos seguintes projetos:

- Apoiar o desenvolvimento de microrregiões que apresentem base econômica onde predomine a pequena produção.

- Atuar em microbacias de pequena área, com concentração de pequenos produtores. A partir da mobilização dos produtores e sua organização, o investimento se define basicamente em ações envolvendo a conservação de encostas, sistematização de terras e cursos d'água, irrigação comunitária ou individual e armazenagem comunitária.

- Apoiar a formação de condomínios que visem explorar em conjunto determinada fase do processo produtivo ou aquisição/utilização compartilhada de máquinas ou outros implementos, predominando nesse segmento os condomínios suinícolas.

- Fomentar a construção de sistemas de armazenagem comunitária simples, dedicados a produtores organizados em associações ou cooperativas.

- Continuar a ação de fomento a projetos de irrigação em pequenas propriedades ou irrigação comunitária, incluindo-se a experiência em microbacias.

- Apoiar com crédito especial os trabalhadores rurais beneficiários do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procerá).

b) Abastecimento popular

- Estimular e apoiar programas de abastecimento popular de regiões metropolitanas de iniciativa de governos estaduais e prefeituras municipais, funcionando o poder público como mobilizador e organizador de ações, cabendo a execução dos programas às associações de produtores e de consumidores de baixa renda.

c) Saneamento simplificado

Partindo de um projeto-piloto de esgotamento sanitário pelo sistema condominial, num bairro pobre de Natal, ampliando o uso dessa tecnologia já testada, pretende-se:

- Consolidar essa tecnologia inovadora e de baixo custo.

- Apoiar iniciativas que contemplem a adoção de tecnologias alternativas de baixo custo que possam ser aplicadas imediatamente na resolução dos problemas mais prementes desta área.

d) Tratamento do lixo

Considerando que a coleta de lixo é realizada por serviços municipais ou por concessionárias quase sempre com baixa eficiência, alto custo, gerando problemas de insalubridade e sem aproveitamento do valor econômico do lixo, pretende-se:

- Apoiar projetos integrados de beneficiamento de lixo em unidades de médio porte que apresentem rentabilidade financeira compatível com os custos do financiamento, garantindo, assim, a auto-sustentação da planta.

e) Fábricas de argamassa armada

A tecnologia de argamassa armada, para a construção de equipamentos urbanos tais como escolas, postos de saúde, placas para revestimentos de canaletas de microdrenagem, escadarias drenantes, abrigos de ônibus, bancos de praças, entre outros, pode vir a apresentar vantagens em relação aos métodos tradicionais de construção civil. Assim, pretende-se no corrente ano observar o resultado de operações experimentais, visando contribuir para a consolidação e desenvolvimento de uma tecnologia alternativa para a população de baixa renda.

f) Questões de saúde:

- Apoiar somente as experiências-piloto com grande potencial de afirmação.

- Contribuir para resolver a questão geral do padrão de financiamento do setor, no âmbito das ações integradas de saúde, devendo corresponder a esse padrão uma estrutura de prestação de serviços transparente, de forma a que o usuário possa acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados, interferindo no processo de sua administração e zelando por sua melhoria, somando-se sua ação ao controle, avaliação e supervisão tradicionais.

- Priorizar investimentos relacionados ao desenvolvimento de novas práticas ao nível da atenção primária, visando o barateamento de seus procedimentos, com a incorporação de novas preocupações em termos de vigilância sanitária e medicina preventiva.

g) Atendimento ao menor proveniente de famílias de baixa renda

Grande parte das crianças e jovens que compõem as estatísticas dos menores abandonados e carentes, quando encaminhada pela segurança pública ao juizado de menores, é atendida em regime de internamento. Assim, pretende-se:

- Apoiar experiências alternativas, com certo grau de pioneirismo, algumas já em desenvolvimento por parte de Estados, Municípios e sociedade civil, com adoção de formas de atendimento regionalizadas, adequadas à realidade sócio-econômica e cultural das comunidades, de horário integral, de rápida implantação e com potencial de expansão, que busquem compatibilizar a questão da qualidade mínima com o custo envolvido, visando democratizar as oportunidades.

h) Projetos integrados de equipamentos sociais urbanos:

Acredita-se que a concepção integrada e global, a negociação conjunta interinstitucional bem como o envolvimento comunitário sejam os integrantes básicos para uma intervenção de sucesso nas chamadas zonas urbanas de miséria.

Assim, propõe-se que os investimentos, devidamente quantificados e hierarquizados, sejam viabilizados financeiramente a partir da articulação do BNDES com outras instituições públicas, com recursos disponíveis para essas finalidades, e que os gastos não cobertos sejam financiados pelo Finsocial.

i) Aplicação de informática na Área Social:

Cumprindo um papel de catalisador, o BNDES vem concentrando esforços no sentido de identificar oportunidades de investimento em dois segmentos sociais - justiça e saúde, que, pela sua natureza e organização, surgem como propícios à informatização.

1) Justiça

- Continuar o apoio ao Programa de Informatização do Sistema Penitenciário, atingindo-se esse ano pelo menos 10 novos Estados, em co-financiamento com o Ministério da Justiça.

2) Saúde

- Desenvolver alguns projetos localizados, um dos quais com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, cujo acompanhamento e avaliação permitirá - espera-se que em 1988 - estabelecer uma linha de financiamento do BNDES para a informática em saúde.

14 - Operações com o Mercado de Capitais

Em 1986 o BNDES, através do Departamento de Mercado de Capitais (DEMEC), apresentou marcante atuação no mercado de capitais, acompanhando intimamente a evolução da "performance" desse mercado, principalmente no segmento das ofertas públicas de ações novas.

O Sistema BNDES pretende continuar atuando em estreita colaboração com as instituições financeiras privadas, a partir da utilização dos mecanismos do mercado de capitais, com vistas à captação de recursos complementares aos projetos prioritários das empresas que possam recorrer ao mercado.

Mais especificamente a ação do BNDES nesse campo será no sentido de:

- Incentivar a abertura de capital.
- Apoiar a captação de recursos via mercado de capitais.
- Incentivar o alargamento da base acionária das companhias e intensificar a atuação do Fundo de Participação Social - FPS no mercado primário de ações.

15 - Operações de Participação Acionária

Dois momentos distintos marcaram as operações de participação acionária em 1986: a) no primeiro semestre, o mercado de capitais absorveu bem novas emissões de ações; b) no segundo semestre, o mercado de capitais foi progressivamente enfraquecido, terminando por inviabilizar o lançamento de ações de diversas empresas.

Para a BNDESPAR, esses dois momentos corresponderam a situações diferentes. O primeiro não se refletiu em novas operações, por força de melhores ofertas que o mercado apresentava, havendo, também, aceleração no ritmo dos desinvestimentos, buscando colaborar na regulação de um mercado de capitais altamente demandante.

O segundo semestre apresentou sinais de recuperação em termos de novas solicitações de apoio e uma paralisação nos desinvestimentos.

Para o ano de 1987, propõe-se o seguinte plano de ação:

- Apoiar os setores tecnológicos de ponta que ainda não apresentem estrutura industrial consolidada, através de participação acionária, principalmente nos projetos globais de desenvolvimento tecnológico, incluindo as fases piloto, "scale up", testes, ou mesmo na subcontratação de serviços às universidades ou centros de pesquisas.

- Acompanhar e influenciar as decisões estratégicas no setor Química e Petroquímica, como primeiro passo a eventual participação como supridora de recursos de capital aos investimentos que estão programados para o setor.

- Atuar junto às empresas de papel e celulose que constam da carteira da BNDESPAR no sentido de promover a abertura de capital, propiciando tanto a criação de fonte alternativa de captação de recursos no mercado, quanto o desinvestimento das participações da BNDESPAR.

- Acompanhar e apoiar as empresas de papel e celulose em suas iniciativas de expansão direcionadas ao mercado interno e externo.

- Promover ações saneadoras e de reformulação de controle acionário nas empresas, procurando soluções que impliquem a minimização de aportes do Sistema BNDES e a privatização das empresas para colocá-las em condições de atuação no mercado.

- Apoiar a capitalização de novas empresas do complexo eletrônico para fazer frente às necessidades de P&D.

- Manter a política de preservação de uma estrutura básica do parque existente no segmento Bens de Capital sob Encomenda.

- Considerar, como pré-requisito básico para o aporte de capitais pela BNDESPAR, no setor Bens de Consumo, a comprovada capacitação da administração da empresa.

16 - Operações com Agentes

Durante o ano de 1986, ao lado da significativa expansão do volume de recursos repassados no âmbito do POC, Promicro (Programa de Apoio à Microempresa) e Proinfo (Programa de Apoio ao Setor de Informática), foi iniciado amplo processo de reformulação da estrutura administrativo-organizacional e da filosofia de atuação do BNDES através de agentes financeiros.

Tal processo tem como objetivo contribuir para a ação do BNDES como promotor do desenvolvimento sócio-econômico, estimulando as potencialidades regionais e fortalecendo o sistema nacional de bancos de desenvolvimento. Nesse sentido, as ações a serem empreendidas em 1987 centram-se nos seguintes conjuntos de atividades:

- Identificar oportunidades de investimento e elaborar programas a partir do conhecimento das economias regionais, através de intensa articulação com os governos estaduais e instituições de fomento ao desenvolvimento, tais como ABDE (Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento), Cebrae

(Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa) e superintendências regionais de desenvolvimento;

- Avaliar, de forma sistemática, a execução dos programas apoiados e o desempenho econômico-financeiro dos agentes financeiros, bem como os respectivos impactos nos espaços sócio-econômicos regionais.

- Atuar junto aos agentes financeiros no sentido de desenvolver seus processos de planejamento, visando a uma crescente eficácia em seus planos de aplicação.

- Modernizar os procedimentos internos e aperfeiçoar o sistema de informações gerenciais, adaptando-os à nova estrutura administrativo-organizacional.

17 - Apoio à Comercialização de Máquinas e Equipamentos

Dentre os setores que deverão ser apoiados pela FINAME em 1987, destacam-se Energia Elétrica, Transportes, Ferroviário, Siderurgia, Extração/Tratamento de Minérios, Metalurgia de Não-Ferrosos, Química, Papel e Celulose. Os setores onde a participação estatal é preponderante deverão absorver cerca de 38% dos recursos este ano, cabendo as aplicações restantes a projetos com forte ou total participação do capital privado.

Além da manutenção das condições tradicionais de financiamento diferenciado, particularmente no setor de informática, a FINAME, em conjunto com o BNDES e a SEI, buscará implementar os programas de nacionalização para as classes de equipamentos que ainda possuam baixo grau de nacionalização.

Em todos os programas da Agência prevalecerão níveis de participação maiores para equipamentos a serem instalados na Região I, conforme definida nas Políticas Operacionais do Sistema BNDES.

A seguir apresentamos o Plano de Ação para 1987:

- Intensificar os contatos com o CDI objetivando o estabelecimento de política para o setor de bens de capital em sintonia com as diretrizes do BNDES.

- Atuar, juntamente com o INPI, no sentido de promover uma política de nacionalização de tecnologia no que toca a bens de capital.

- Intensificar o relacionamento com os agentes financeiros no sentido de ajustar a sua atuação às novas diretrizes operacionais do Sistema BNDES relativas a bens de capital.

- Intensificar o relacionamento com as entidades representativas dos fabricantes de bens de capital, orientando essa ação conjunta no sentido dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico e de Ação do Sistema BNDES. Tal ponto se estende também às grandes demandantes (Eletrobrás, Siderbrás, RFFSA, CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), Fepasa, Metrô etc).

- Dar continuidade ao apoio da FINAME a programas sociais que envolvam aquisição de equipamentos.

- Programa de nacionalização de tecnologia:

Atuar em conjunto com as demais unidades do BNDES no programa de nacionalização de tecnologia e, com outros órgãos relacionados ao assunto, desenvolver mecanismos que estimulem a absorção e desenvolvimento de tecnologias de equipamentos produzidos no País.

- Plano de nacionalização para equipamentos de alta tecnologia:

Estimular o CDI a desenvolver planos de nacionalização para equipamentos de alta tecnologia ainda não fabricados no Brasil, a fim de internalizar sua produção.

IV - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, DE PLANEJAMENTO E DE APOIO

1 - Administração Geral

O Plano de Ação da Área de Administração (AA) originou-se de um seminário interno que envolveu executivos da Área e apoio de consultoria externa, com posterior discussão e participação de seu corpo funcional. Foram identificadas as seguintes metas prioritárias a serem atingidas em 1987:

- Ajustamento da estrutura organizacional da Área de Administração às suas necessidades e às do BNDES, com assessoramento externo, prevendo seu acompanhamento permanente.

- Aperfeiçoamento do sistema de comunicações intra-área e inter-áreas, através da elaboração de projeto específico, com apoio técnico-profissional da ARIN e, se necessário, de consultoria externa.

- Identificação e exame das situações de trabalho na Área de Administração que justifiquem a delegação de competência em todos os níveis e sua conseqüente formalização, incentivando sua prática no Banco através de programas de treinamento.

- Revisão das normas administrativas do BNDES a partir da identificação de novas necessidades, com ênfase na desburocratização das atividades, estabelecendo mecanismos que garantam permanente atualização e aplicação das normas por parte de todo o corpo funcional do Banco.

- Criação do comitê interfuncional e inter-áreas, presidido pelo superintendente da Área de Administração e secretariado pelo chefe do DERHU (Departamento de Recursos Humanos), para definir diretrizes e políticas de recursos humanos para o Banco, tendo por base a descentralização da gestão de RH.

- Desenvolvimento do princípio da ação gerencial compartilhada na gestão de recursos humanos, reforçando no Programa Permanente de Desenvolvimento Gerencial as atividades de treinamento sobre gestão de RH.

- Elaboração de novo plano de cargos e salários que contemple o mérito do empregado e que preveja mecanismos de acompanhamento e atualização.

A elaboração do novo plano, que envolve estudos, pesquisas, levantamentos, análises e avaliações, deverá ocorrer no ano de 1987. Prevê-se sua aprovação pela Diretoria, posterior encaminhamento ao CISE (Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais) e sua implantação no ano de 1988.

- Transformação do Orçamento Administrativo (OA) em efetivo instrumento de ação gerencial, revendo sua atual sistemática e propondo novas políticas e diretrizes para sua elaboração e acompanhamento.

- Busca de maior profissionalização técnica e comportamental, mediante melhoria da qualificação dos empregados, aumento do quadro técnico especializado e aprimoramento do quadro gerencial da área administrativa do Banco.

- Definição e implantação de medidas visando à modernização do Sistema BNDES sob a ótica do aumento de produtividade e racionalização de custos.

2 - Serviços Jurídicos

No ano de 1986, foi concluída a reformulação da Portaria no. 11/80 por meio das Normas Gerais sobre Inadimplemento - NGI, aprovadas pela Resolução 624, de 1.4.86, que extinguiu a Comissão de Inadimplentes. Foi implementada a descentralização dos serviços jurídicos do Departamento Judicial (DEJUD).

Os trabalhos de informatização da Área Jurídica (AJ) tiveram prosseguimento com os bancos de dados do Prodasen (Processamento de Dados do Senado) e da Conjur (Consultoria Jurídica), tendo inclusive sido implantado um terminal específico para ser utilizado nas pesquisas nesses bancos de dados.

Foram criados vários arquivos, destacando-se o de minutas-padrão de contratos, o de legislação e jurisprudência de interesse para os técnicos do Sistema BNDES, e o de documentos-padrão utilizados nas contratações externas do Banco. Iniciou-se, ainda, no âmbito da AJOP (Assessoria Jurídica de Operações), um projeto em conjunto com o DEPIN (Departamento Internacional/AFI (Área financeira e Internacional), visando gerenciar informações sobre as operações passivas do Banco.

Para 1987 propõe-se as seguintes metas:

a) Apoiar a Comissão de Assuntos Legislativos (CAL), visando fornecer subsídios para que possa desenvolver seu trabalho junto à Assembléia Nacional Constituinte.

b) Iniciar, no âmbito do DEJUD, os contratos para celebração de convênios com os agentes do BNDES visando à implantação de um sistema de cooperação na atuação judicial.

c) Manter o propósito de rever e fortalecer a posição jurídica do Banco perante credores estrangeiros e de integrar a AJOP/AJ com os demais departamentos jurídicos de outras empresas estatais, com vistas à uniformização de parâmetros para negociações com credores estrangeiros, procurando dar continuidade à troca de informações e experiências iniciada em 1986.

d) Concluir na CPPJ (Comissão Permanente de Práticas Jurídicas) a atualização das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", bem como a criação dos padrões de todos os instrumentos contratuais usados pelo Sistema BNDES. Será iniciado trabalho de integração dos serviços jurídicos da FINAME e BNDESPAR, visando à uniformização e padronização do trabalho do Sistema BNDES no setor.

e) Instalar microcomputadores para permitir o desenvolvimento mais rápido dos trabalhos previstos.

f) Elaborar proposta de treinamento e desenvolvimento dos advogados do BNDES, em conjunto com o DERHU.

3 - Relações Institucionais

A ação institucional a ser desenvolvida pelo Banco em 1987 deverá refletir cuidadoso exame das modificações prospectivas do quadro político-institucional no qual se insere o Sistema BNDES em sintonia com modificações previsíveis nos cenários econômico, político, social e institucional, elaborados no processo de planejamento

Para tanto, as ações programadas para 1987, a serem desenvolvidas pela ARIN (Área de Relações Institucionais) em articulação com todas as Áreas e Subsidiárias do Sistema BNDES, desdobrar-se-ão como se segue:

a) Atuação institucional:

- Promover uma série de encontros com os novos governos estaduais, destinados a permitir que a alta administração apresente a cada futura administração estadual a mensagem genérica do Sistema, enfatizando a estratégia de estímulo ao desenvolvimento e suas políticas operacionais.

- Participar, em conjunto com as demais Áreas afins, da definição e implantação de uma política institucional visando garantir o fluxo de recursos financeiros para o Sistema BNDES.

- Manter a interação da Instituição com o meio acadêmico do País, através da concessão do Prêmio BNDES de Economia, do apoio que o BNDES concede ao Encontro Nacional de Economia, promovido pela ANPEC (Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia), e ao PNPE (Programa Nacional de Pesquisa Econômica).

b) Acompanhamento e análise das relações ambientais externas

- Acompanhar os principais trabalhos que se desenvolvem externamente, principalmente no que se refere à Assembléia Nacional Constituinte, reforma tributária, e reformulação do sistema financeiro nacional.

c) Apoio ao fomento, comunicação e "marketing":

- Dar continuidade à Campanha de Fomento ao Investimento, iniciada em 1986, através do acompanhamento dos trabalhos de grupos de estudo, integrados por técnicos do Sistema BNDES e de entidades setoriais.

- Dar continuidade à promoção de novos encontros setoriais ou subsetoriais, bem como encontros regionais de cunho operacional, nos quais será enfatizada a mensagem de apoio ao fomento do desenvolvimento econômico, calcada nas políticas e

modalidades do Sistema BNDES.

- Implementar o Projeto de Identidade Visual, com o objetivo de personalizar, de forma representativa, junto à comunidade externa e ao público interno, a imagem do Sistema BNDES.

d) Ação junto ao Parlamento.

Com a criação, em 1986, da Comissão de Assuntos Legislativos (CAL), e a redefinição das atividades da Assessoria Parlamentar, buscar-se-á em 1987 uma articulação mais efetiva com o Congresso Constituinte e com os Legislativos estaduais e municipais, para que o BNDES possa contribuir e se fazer presente nos trabalhos que poderão trazer modificações na organização do setor público e nas formas de participação e articulação do Estado na ordem econômica social brasileira.

e) Relacionamento com o ambiente interno:

- Promover palestras e seminários a serem realizados por profissionais destacados no seu campo de atuação, para o corpo técnico do Banco, sobre assuntos de interesse da Instituição.

- Promover a divulgação de trabalhos realizados por funcionários do Sistema BNDES que reforcem a imagem institucional do Banco.

- Desenvolver ações no campo da informação mediante a manutenção do informativo "Em Dia" e da maior utilização de outros meios de comunicação interna, em estreita articulação com a Área de Administração.

- Promover eventos e atividades para comemorar os 35 anos do BNDES, envolvendo todas as Áreas e Subsidiárias do Sistema.

4 - Plano de Sistemas

O Plano Diretor de Informática do Sistema BNDES - PDI/86, atendendo à sistemática estabelecida pela SEI, abrange as atividades de informática do BNDES e suas subsidiárias BNDESPAR e FINAME para o período de 1987-1989.

Este plano foi aprovado internamente pela Comissão de Informática do BNDES (Comin) e pela Diretoria do Banco na reunião de 14/10/86, sendo encaminhado à Coordenadoria de Informática da Seplan, para análise, aprovação e envio posterior à SEI.

A implantação de sistemas de informações gerenciais deve ser tratada como assunto da maior importância e prioridade no Sistema BNDES. Para suprir estas necessidades de informações, o BNDES propõe:

a) Integração de toda a organização no planejamento e utilização da informática

- Ampliar a implantação de programa permanente de treinamento e divulgação da informática para o corpo de funcionários do Sistema BNDES, buscando maior conscientização e envolvimento de todos no uso dos recursos computacionais. A divulgação vem sendo realizada através de seminários, encontros, palestras e outros instrumentos dirigidos a todos os níveis hierárquicos do Banco.

- Aprofundar o desenvolvimento da sistemática de divulgação dos sistemas já implantados, bem como das modalidades de acesso às informações contidas nos referidos sistemas.

b) Implantação da distribuição da informática:

- Promover a descentralização e a distribuição do processamento através da implantação de uma rede de terminais e microcomputadores, cuidando para que essa sistemática se processe de forma coordenada a fim de manter a integração e a integridade das informações do Sistema BNDES.

c) Implantação de bases de dados e desenvolvimentos de sistemas especiais:

- Providenciar a integração de informações através da criação de base de dados a partir dos diversos arquivos existentes. Nesta fase, cada sistema implantado está tendo seus arquivos detalhadamente analisados, possibilitando a geração de seu respectivo dicionário de dados. Esses dados estão sendo agrupados numa base de dados logicamente unitária que possibilitará a curto prazo o desenvolvimento de sistemas especiais, para atendimento das necessidades de informações do Banco.

- Utilizar a consultoria externa para, em conjunto com o Departamento de Sistemas (DESI), identificar as necessidades de informações dos níveis executivos do Sistema BNDES.

d) Implantação de novos sistemas com características de dados administrados:

- Proceder à avaliação dos atuais sistemas, objetivando priorizar os novos desenvolvimentos, que deverão objetivar o atendimento da organização e não de usuários isolados. A implantação de novos sistemas propiciará, ao longo do tempo, a substituição das bases de dados criadas para desenvolvimento dos sistemas especiais.

Esses sistemas, obrigatoriamente, estarão sendo desenvolvidos dentro da filosofia de administração de dados, mudando completamente a característica dos atuais, que atendem muito mais ao enfoque isolado de determinados usuários que ao da organização como um todo.

5 - Administração Financeira e Patrimonial

No ano de 1986 o Sistema BNDES modificou os procedimentos relativos ao trato de inadimplemento, reativou a Resolução 564 e intensificou o trabalho de análise sistemática de sua situação econômico-financeira.

A fim de aperfeiçoar a estrutura patrimonial do BNDES, obter equilíbrio no fluxo de "Recursos Livres" do Banco, bem como atender à demanda de recursos para aplicação, a AFI se concentrará no ano de 1987 em:

a) Recuperar os créditos em conjunto com a AJ, AP (Área de Planejamento) e Áreas Operacionais; na regulamentação do reescalonamento de dívidas de mutuários do BNDES; e na compatibilização de Ativo e Passivo mediante a implementação das normas propostas para financiamento com correção cambial (substituição da Res. 564).

b) Continuar a colaborar com a AP-V na tarefa de monetarização ordenada da carteira de ações.

c) Captar os recursos externos, previstos no Orçamento, dentro dos limites impostos pelo mercado internacional, bem como, em conjunto com a AP e Áreas Operacionais, dar continuidade ao trabalho de montagem de programas financiáveis por organismos internacionais, adequados às características estruturais do Sistema BNDES.

d) Aperfeiçoar as regras do Fundo PIS-Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), tanto em benefício dos participantes, quanto em função da aplicação de seus recursos pelo BNDES.

e) Limitar o "exposure" do Banco em relação a mutuários, empresas do mesmo grupo econômico e entidades de mesma esfera jurídica, de forma a reduzir o risco do Sistema, além de fixar os limites para as operações de prestação de garantia.

6 - Sistema de Planejamento

Entrando no terceiro ciclo anual, podemos avaliar que a sistemática de planejamento formulada e implantada nos últimos anos alcançou seus objetivos mais importantes, encontrando-se, em grande medida, consolidada como procedimento e cultura no Sistema BNDES.

Apesar do grande avanço que pode ser observado, principalmente quanto ao processo de fixação de objetivos e metas no sentido do geral para o particular, que no BNDES significou articular as metas e prioridades setoriais através de uma visão global da dinâmica do desenvolvimento brasileiro, o Plano de Ação para 1987 apresenta propostas visando a aprimoramentos no Sistema principalmente relativos às seguintes necessidades identificadas:

- Maior articulação dos instrumentos de planejamento - planos de ação, orçamento e prioridades - e destes com as Áreas Operacionais.

- Reforço do processo de planejamento como forma de enfrentamento contínuo das necessidades de modernização administrativo-organizacionais.

- Integração das operações sociais às demais Áreas de atuação do Banco, a partir da incorporação efetiva da questão social ao corpo conceitual do planejamento e do estabelecimento de processos operacionais para esse fim.

A seguir serão apresentadas as atividades de planejamento previstas para 1987.

a) Estudos macroeconômicos prospectivos (Cenários):

- Dar continuidade ao trabalho de monitoramento e atualização das previsões referentes ao conjunto de variáveis e tendências relevantes para os "Cenários".

- Concluir a elaboração dos "Cenários para a Economia Brasileira até o ano 2000".

- Proceder a uma revisão dos critérios estatísticos e da arquitetura do modelo, tendo em vista uma publicação técnica contendo a metodologia e séries históricas dos "Cenários".

b) Plano Estratégico:

Em 1987 o Sistema BNDES elabora seu segundo Plano Estratégico, concluindo o processo iniciado em fins de 1986 com reuniões do Coplan (Comitê de Planejamento) e da Diretoria.

c) Planos de Ação:

A partir do próximo ano os Planos de Ação das Áreas Operacionais e Subsidiárias serão elaborados segundo os principais setores de atividade apoiados pelo Sistema BNDES, a partir das propostas de atuação das unidades envolvidas em cada setor.

Cada plano deverá conter breve diagnóstico e as metas para o setor tendo em vista os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico; o elenco de ações a serem desenvolvidas pelo Banco no sentido de alcançar as metas estabelecidas; e um orçamento trienal indicativo contendo uma projeção dos investimentos totais do setor e a participação do Sistema BNDES.

Os Planos de Ação deverão ser elaborados no segundo semestre do ano anterior à sua vigência em conjunto com a primeira versão do Orçamento Plurianual (Ø1).

d) Programação e acompanhamento orçamentário:

Visando dar continuidade e aprimorar o processo de elaboração e acompanhamento orçamentário, inclusive para a obtenção de informações estatísticas, e tendo em vista a necessidade de integração do Orçamento com os demais instrumentos de planejamento, pretende-se:

- Elaborar e acompanhar o orçamento, a partir do corrente ano, em conjunto com o Plano de Ação, unificando cronogramas e eliminando descontinuidades.

- Manter a periodicidade das revisões mensais a partir de setembro, quando o orçamento inicial (01) é aprovado, para eventual realocação ou suplementação de recursos.

- Implantar o Sistema Orçamentário Integrado tendo como suporte a base de dados unificada, que permitirá grande agilidade em todas as fases do processo.

- Rever a Classificação Programática do BNDES, adotando-se a Classificação de Atividades do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

- Concluir os estudos de apoio iniciados em 1986 referentes ao tempo médio de tramitação de projetos e da lei de formação de desembolsos do Banco.

e) Plano de Estudos

No ano de 1986 foi desenvolvido um conjunto de estudos considerados essenciais para o Sistema de Planejamento em suas diversas fases.

Foram os seguintes os textos para discussão concluídos no ano passado:

- . "Súmula prospectiva sobre petroquímica";
- . "Súmula prospectiva sobre titânio";
- . "Súmula prospectiva sobre papel e celulose";
- . "Proposta de políticas para apoio à modernização e expansão do setor têxtil";
- . "Siderurgia brasileira: questões e perspectivas para a próxima década";
- . "Oportunidades de investimento no Nordeste";
- . "Perspectivas do setor de transporte interno de cargas".

Em 1987 a proposta contida no plano de estudos procura identificar, a partir da experiência dos estudos anteriores e das necessidades colocadas pelas demais Áreas do Banco, os temas que demonstrem merecer análise mais aprofundada.

Levando-se em conta a capacidade de trabalho atualmente disponível para essas atividades, o Plano de Ação propõe para 1987 os seguintes temas para estudos:

- A questão social

Identificar oportunidades de implementação de programas de investimentos sociais nas áreas de atuação do Sistema BNDES, contribuindo para a formulação de modelos institucionais e operacionais mais eficientes no campo dos serviços sociais básicos.

- Bens de capital

Avaliar a atual capacidade instalada, identificando ações que possam maximizar a oferta de máquinas e equipamentos ao longo do atual ciclo de investimentos.

- Agricultura

Identificar os investimentos que possibilitem aumento da produção agrícola com maior eficiência, particularmente junto ao complexo protéico.

- Serviços de transporte marítimo

Avaliar o setor sob a ótica da oferta de serviços internacional e de cabotagem.

- Cargas

Definir, segundo o enfoque da descentralização concentrada, uma alternativa à concepção de plataforma de exportação que vise à integração do Programa Carajás à economia regional/nacional, sem impactos ecológicos negativos.

- Investimento estrangeiro no Brasil

Identificar a estratégia das empresas estrangeiras no Brasil e definir os espaços que podem ser ocupados pelo capital estrangeiro no novo ciclo de investimentos.

- Organização industrial e competitividade internacional

Detectar aspectos determinantes da competitividade, os critérios que orientam a seleção dos setores a serem estimulados e os instrumentos de política industrial adotados por países selecionados - França, Itália, Taiwan, Japão e Coréia.